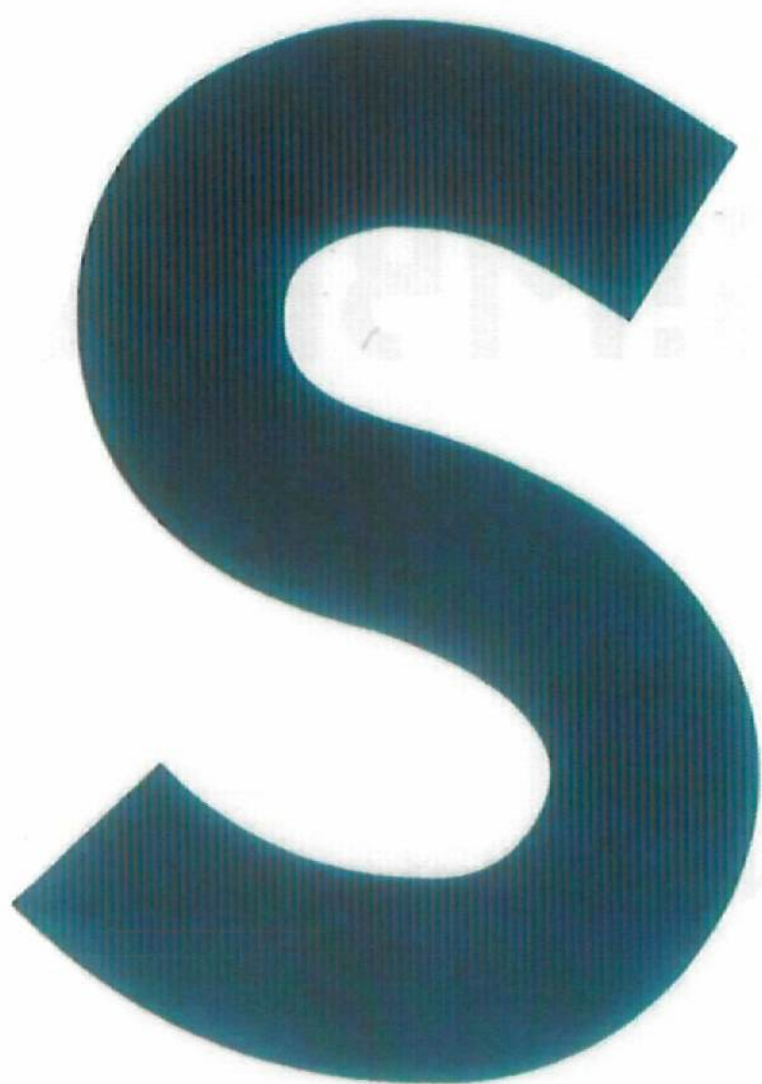


BH R L
H.
S

Orçamento . GOP . Mapa de Pessoal

2026

SESIMBRA

BR
u
f
h
d
y

SESIMBRA

Nota introdutória 2026

YES
SESIMBRA
PORTUGAL

Nota Introdutória

No cumprimento dos termos legais apresenta-se à Câmara e Assembleia Municipal os documentos previsionais para o ano de 2026, nomeadamente o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, de modo que o município esteja provido dos seus instrumentos fundamentais para a gestão do respetivo ano económico, e seguintes (2027, 2028, 2029 e 2030).

Assumimos os presentes documentos como instrumentos de política e gestão que não podem, em qualquer circunstância, dissociar-se da realidade local, do contexto económico e social regional e nacional, mas também dos compromissos, entretanto já assumidos no âmbito dos investimentos públicos, o que requer da Câmara Municipal um enorme esforço de política financeira e orçamental por forma a garantir a consolidação e aprofundamento dos objetivos estratégicos e modelo de desenvolvimento para o concelho, associado também às atuais circunstâncias e contexto.

O ano de 2026 vai dar continuidade a um ciclo de grande volume de investimentos, resultantes em parte de compromissos assumidos, de candidaturas efetuadas e aprovadas ou do processo de descentralização e de acordos de cooperação, entre outros. Optamos pela manutenção de alguma cautela na abordagem a ações e medidas que não visem alterar a estrutura de receita, em particular aquela que assume regularidade, por forma a não colocar em questão o conjunto de investimentos já anteriormente programados e aprovados, muitos já em fase de conclusão, e de enorme relevo e impacto para a comunidade local.

Os documentos previsionais de 2026 e anos seguintes (2027, 2028, 2029 e 2030), são os primeiros documentos de gestão do novo Executivo empossado no final de outubro para o novo mandato autárquico.

Consideram-se por isso válidos em 2026 os objetivos estratégicos, e modelo de desenvolvimento do Concelho anteriormente definidos, adensados pela atual situação económica e social, e visão futura à luz da estratégia regional e nacional (e com reflexo nos mecanismos financeiros de suporte) que terão tradução direta nas Grandes Opções do Plano para este ano e anos seguintes e que se propõem:

- Melhorar, requalificar e alargar as infraestruturas e equipamentos públicos das quais depende a qualidade de vida da população;

- Promover uma política sustentada de urbanismo, ordenamento e requalificação urbana;
- Incrementar medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e de transição energética;
- Promover a defesa do património natural e cultural, numa perspetiva identitária;
- Promover a valorização da cultura e a qualidade do turismo;
- Incrementar e apoiar o empreendedorismo, o associativismo e a participação da população;
- Valorizar a relação e partilha com os municípios e com a comunidade em geral;
- Promover a simplificação, flexibilidade e modernização dos procedimentos administrativos, aumentando o nível de satisfação da população relativamente à qualidade dos serviços prestados;
- Promover o desenvolvimento e qualificação pessoal e profissional dos trabalhadores e, consequentemente, aumentar internamente o nível de competências;
- Promover a racionalização dos recursos humanos e financeiros do Município, bem como a sua cultura organizacional, tendo em vista a sua otimização.

É nessa perspetiva que se se encontram plasmados nestes documentos previsionais para 2026, um conjunto de ações, que vão concluir e outras que se vão iniciar, numa clara ação política de continuidade, com vista ao desenvolvimento do território e resposta às expectativas da sua população, onde se destacam:

- ✓ Conclusão da ampliação da EB2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, e submissão de candidatura para reabilitação do edifício existente;
- ✓ Realização do projeto da nova Escola Básica e Secundária Michel Giacometti – Quinta do Conde, e submissão de candidatura para financiamento da operação;
- ✓ Elaboração de projetos e medições para candidaturas à reabilitação da Escola Secundária de Sampaio, Escola Básica do Castelo e Escola Básica Integrada Maria do Carmo Serrote;
- ✓ Conclusão do projeto e submissão de candidatura para a reabilitação da EB1/JI do Casal do Sapo;
- ✓ Conclusão da Nova Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Conde;
- ✓ Conclusão do novo auditório e cafetaria do Parque Augusto Pólvora;

- ✓ Conclusão da nova biblioteca da Quinta do Conde;
- ✓ Conclusão do Spot das Artes na Quinta do Conde (Parque da Vila);
- ✓ Projeto e início de obra de arranjos exteriores, acessibilidades e infraestruturas do novo Palácio da Justiça de Sesimbra;
- ✓ Conclusão da Reabilitação do Pavilhão Municipal de Sampaio;
- ✓ Conclusão da reabilitação dos fogos do bairro municipal de Almoinha e respetivos arranjos exteriores;
- ✓ Lançamento de procedimento para construção de habitação pública em Sesimbra (Infante D. Henrique e Ramada Curto) e Quinta do Conde (Ribeira do Marchante);
- ✓ Aquisição de 86 fogos de habitação pública na Cotovia;
- ✓ Lançamento de procedimento para a construção da Loja do Cidadão-Quinta do Conde;
- ✓ Submissão de candidatura e Início da construção do novo Centro Operacional da Proteção Civil;
- ✓ Início do procedimento para construção do novo Parque de Alfarim, e conclusão da reabilitação do Parque da Quinta do Texugo, Parque do Jardim do Sol e Parque do Pinheiro Grande (Quinta do Conde);
- ✓ Tramitação do atual programa de reabilitação da rede viária da Freguesia do Castelo, e preparação da II fase de repavimentações nas várias freguesias;
- ✓ Início da obra de requalificação da estrada das pedreiras;
- ✓ Conclusão da requalificação da Marginal de Sesimbra zona Poente;
- ✓ Reforço de meios para a higiene urbana em todo o concelho;
- ✓ A conclusão das OIL Castelo e Quinta do Conde, no âmbito do PRR;
- ✓ O reforço de meios tecnológicos e informáticos.

Para além destas ações destacamos igualmente:

- ✓ A conclusão do projeto de reabilitação da Casa do Infante
- ✓ A negociação com a ESTAMO para acordo de gestão com vista à reabilitação do edifício do FORMAR e antigo Dispensário;
- ✓ O início do processo de novo estudo da Av. da Liberdade, com os atuais solos propriedade do município, num programa que possa incluir: estacionamento, terminal de transportes, edifício de serviços municipais, e habitação pública, avaliando paralelamente a vertente desportiva e zona de parque urbano;
- ✓ A conclusão do projeto da Praia do Moinho de Baixo (Acessibilidades e Plano Integrado de Praia);
- ✓ A elaboração dos projetos no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Quinta do Conde (com cofinanciamento garantido pelo Lisboa 2030);
- ✓ Aprovação da NCI e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- ✓ O apoio à Cerzimbra para a urgente retoma da construção do Lar Residencial (CAO e CACI) na Quinta do Conde;
- ✓ A conclusão do processo de revisão do PDM de Sesimbra;
- ✓ O início do procedimento de revisão do PU da Quinta do Conde;
- ✓ O início de procedimento com vista à concretização do loteamento municipal da Ribeira do Marchante;
- ✓ O reforço no acompanhamento dos processos em AUGI's, com particular incidência no Casal do Sapo;

- ✓ A articulação com a Administração Central e a IP para os projetos e implementação da Variante ao Porto de Abrigo (com especial incidência no troço de ligação ao Parque Industrial do Zambujal), Nó de Negreiros (Rotunda), interseção da EN378 ao Porto de Pesca (Alfarrobeira);
- ✓ Implementação da nova Plataforma de Gestão Urbana, e respetivas verticais, no âmbito de parceria com a AML;
- ✓ O estudo á escala metropolitana de implementação de sistemas de videovigilância;
- ✓ A conclusão do estudo preliminar para a implementação de corredor BUS entre a Freguesia do Castelo e os Hub de Coima e Fogueteiro, bem como de corredor BUS Quinta do Conde – Coima, em articulação com a TML;
- ✓ A elaboração de projeto de reabilitação do Mercado da Lagoa de Albufeira e continuidade do processo de requalificação e revitalização do Mercado da Quinta do Conde;
- ✓ A entrada em funcionamento do UAU Sesimbra! – BCD e o seu alargamento faseado para outras áreas do concelho.

Salientamos ainda, ao abrigo dos Contratos de Urbanização já assinados com vários promotores:

- ✓ A finalização do projeto de execução da Estrada dos Almocreves, e respetivos nós de acesso, e início da obra;
- ✓ O acompanhamento dos projetos com vista à execução dos troços entre a EN377 e EN378, bem como do troço a sul do Casal do Sapo e Quinta do Conde, e respetivos nós de acesso;
- ✓ A finalização do projeto e início da concretização do troço de acesso à Praia das Bicas (Rua 25 de abril), com o respetivo nó, e Plano Integrado de Praia;

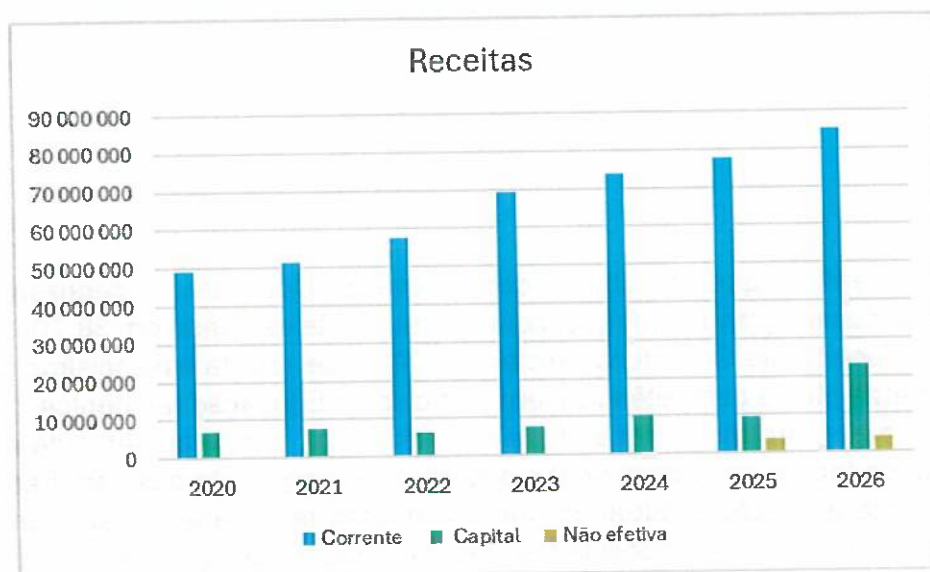
A proposta de orçamento para 2026 é de 112 milhões de euros, o maior orçamento de sempre, em resultado dos princípios de boa gestão e políticas públicas dos anteriores mandatos, será um orçamento totalmente focado nos munícipes e em quem nos visita.

Este orçamento é superior em cerca de 21 milhões relativamente ao Orçamento inicial do ano anterior, no qual se prevê a manutenção na arrecadação de receitas de capital, resultantes das participações de fundos comunitários e contratos de financiamento com a Administração Central, a par da integração da receita proveniente do Fundo de Descentralização.

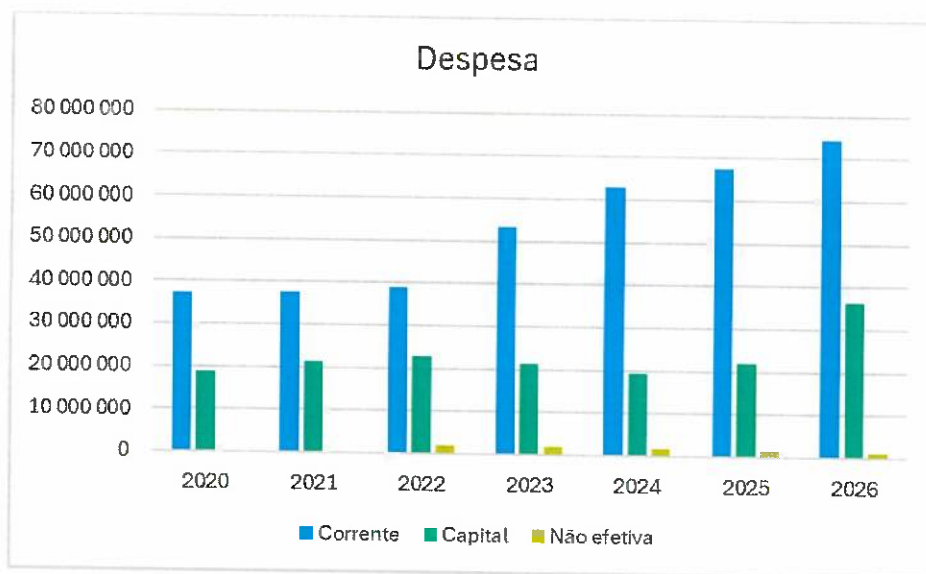
De igual forma, a exemplo de anos anteriores, foi considerada a necessidade de recurso a empréstimo de curto-prazo, no início de 2026, no valor de 4M€, para fazer face a necessidades de tesouraria, nos primeiros meses do ano.

Os valores previstos na receita para 2026 foram calculados com base na legislação em vigor, atendendo à sua natureza, crescimento aferido nos últimos anos, bem como pela eventual recuperação de parte da dívida de terceiros.

Verifica-se que, no âmbito da receita, as receitas correntes são no valor de 85.100.399€ e as receitas de capital no valor de 22.988.808€, acrescidas das receitas não efetivas (empréstimo) no valor de 3.923.775€.



A Despesa Corrente assume um valor de 74.591.890€ e a Despesa de Capital um montante de 36.393.442€, sendo as mais altas de sempre. Apesar da elevada capacidade de endividamento do município, continuamos a pugnar por uma gestão responsável e eficiente dos recursos no que diz respeito ao serviço de dívida, sendo exclusivamente utilizado o recurso a empréstimo quando e só não se compromete simultaneamente a capacidade da autarquia e outros investimentos previstos, sobretudo os que dizem respeito a mecanismos de cofinanciamento.

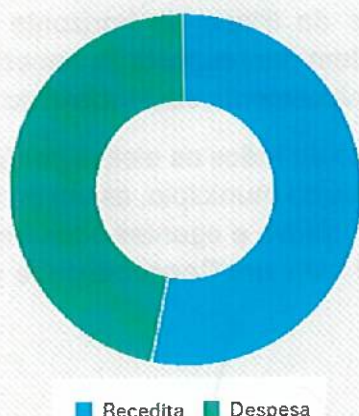


Podemos verificar que, no âmbito das Despesas Correntes, a despesa com pessoal assumirá grande enfoque, com um montante estimado em 38.704.190€ um valor superior ao Orçamento Inicial de 2025, que resulta essencialmente da descentralização de competências, em partícula na Educação (aumentos, opção gestonária e novas contratações para além do rácio), com o aumento de novos funcionários (novos recrutamentos) e sobretudo a progressão das carreiras e da consequente alteração gradual do posicionamento remuneratório, do aumento do salário mínimo, das mobilidades intercarreiras e da aplicação da opção gestonária.

Nota também para o aumento da despesa em Aquisição de Bens e Serviços, essencialmente devido ao aumento da despesa em matérias de educação, serviços urbanos, com a questão dos resíduos a acentuar o valor e o peso no orçamento municipal, e no âmbito do PRR – Comunidades Desfavorecidas, bem como de transferências correntes, em boa parte devido de igual modo ao processo de descentralização e aumento da comparticipação na operação de transportes metropolitanos.

O grau de cobertura das Receitas Correntes face às Despesas Correntes revela que o Município mantém, no entanto, um equilíbrio bastante elevado entre a sua estrutura de receita e a respetiva contenção na despesa, e por outro, permite que se possa também alavancar o investimento municipal com base na receita corrente.

Grau de cobertura da Despesa Corrente, face à Receita Corrente



Quanto às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026 (Plano Plurianual de Investimentos + Atividades Mais Relevantes), poderemos verificar abaixo a distribuição por área, proposta:

GOP	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Educação	3 115 500	3 901 900	4 989 150	3 080 100	4 668 000	5 483 100	8 337 052	7 172 500	8 244 500
Cultura	627 900	887 600	1 863 100	2 154 800	2 012 500	3 275 200	4 225 600	4 558 100	3 692 000
Desporto	1 030 680	1 083 450	901 000	963 850	1 080 000	1 583 100	2 354 400	1 771 400	1 458 780
Juventude	141 400	114 800	97 300	71 800	81 600	140 600	192 400	292 500	263 340
Ação Social	752 900	421 450	567 600	567 600	627 150	1 126 100	1 290 700	993 700	1 306 250
Saúde	224 500	632 100	1 087 550	1 051 900	1 384 850	866 850	918 100	1 535 300	1 617 910
Habituação Social	533 300	604 200	1 953 200	2 198 600	2 027 850	2 217 750	2 029 800	823 500	15 780 730
Planeamento Urbanístico	525 500	332 500	25 000	345 000	930 000	300 900	110 800	90 800	50 900
Iluminação Pública	900 000	950 000	750 000	501 000	575 000	500 000	500 000	620 000	1 030 000
Urbanização	195 000	401 000	283 700	554 000	1 050 900	1 446 100	76 000	272 500	180 800
Outros	20 000	1 000	1 000	1 000	1 600	31 400	1 600	126 700	1 786 900
Saneamento	2 095 100	1 703 000	553 000	868 700	815 100	499 900	1 083 500	2 621 000	3 705 000
RSU	1 265 500	967 000	1 032 500	1 225 000	1 839 000	2 123 000	1 756 000	3 408 100	5 518 520
Higiene Pública (GMV)	237 000	518 000	400 010	199 000	389 500	248 000	400 000	293 100	394 800
Cemitérios, FGC e FC	114 000	168 000	118 500	140 000	211 100	122 400	221 000	509 000	145 100
Proteção Civil (inclui Bombeiros)	490 800	554 500	478 200	529 200	532 950	528 600	636 800	793 400	725 600
Água	2 172 100	2 442 000	2 568 300	3 003 900	3 188 200	3 485 000	2 736 900	3 038 100	3 105 700
Energia	73 000	62 500	51 000	26 500	280 000	157 000	75 100	106 000	111 000
Turismo (inclui Animação Cultural)	741 000	785 000	662 600	527 100	736 400	911 600	1 106 100	1 413 300	1 732 700
Mercados e Feiras	190 900	293 500	291 000	226 350	455 000	510 000	516 100	594 200	537 200
Actividades Económicas	50 100	54 600	76 620	116 420	236 050	181 450	156 300	208 000	317 660
Rede Viária, Sinalização e Toponímia	1 353 100	1 522 600	1 472 600	2 567 700	2 142 000	1 971 100	1 327 700	5 043 200	4 834 002
Mobilidade Urbana Sustentável	469 000	1 141 000	982 000	1 230 500	676 000	644 500	309 000	400	100
Outras Atividades	42 300	50 000	24 100	100 000	50 000	40 000	50 000	100	400
Meio Ambiente e Sustentabilidade	116 400	138 000	149 500	159 100	196 500	293 700	371 400	255 600	203 480
Paisagismo	436 900	499 400	489 700	600 700	1 773 400	800 700	961 200	1 298 200	1 737 100
Instalações e Equipamentos para Serviços	2 694 500	2 932 600	1 865 000	4 332 300	4 238 700	4 610 000	5 589 100	4 175 900	3 552 200
Organização e Funcionamento + BCD	1 158 850	1 194 500	895 000	1 416 905	1 242 150	1 508 400	1 514 700	2 952 958	2 615 600
Informação e Comunicação	227 700	192 300	243 500	237 600	520 100	371 000	443 800	589 800	575 790
Assembleia Municipal	8 600	20 500	24 000	25 700	23 100	27 600	21 000	18 200	18 200

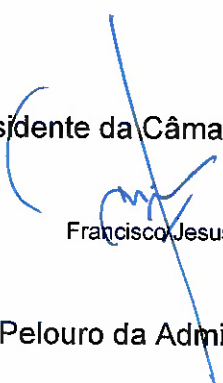
Os documentos previsionais que se apresentam estão articulados em função dos condicionamentos legislativos e financeiros existentes que se traduzem em

níveis de grande exigência financeira e rigor a serem observados na respetiva execução.

Assim as Grandes Opções do Plano de horizonte plurianual, e o respetivo suporte orçamental, pretendem dar resposta às necessidades das populações e projetos inerentes ao desenvolvimento sustentável do Concelho.

Para além do empenhamento de todos os eleitos contamos com as capacidades e empenho dos trabalhadores do município, assim como com a participação das instituições, movimento associativo e agentes económicos locais, no objetivo de fazer de Sesimbra cada vez mais um Concelho onde vale a pena viver, visitar e trabalhar.

O Presidente da Câmara Municipal



Francisco Jesus

O Vereador do Pelouro da Administração e Finanças

José Polido